

20. TUB – TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS RELATIVAMENTE AO PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL PARA FORNECIMENTO DE GASÓLEO:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal proposta para que este órgão delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações subsequentes, a assunção dos compromissos plurianuais, conforme melhor consta da proposta anexa.



BRAGA

A 5 de Setembro
2023

PROPOSTA

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista a aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta a autorizar a assunção de compromissos plurianuais:

Considerando que:

1. A TUB – Transportes Urbanos de Braga, EM (TUB), é uma empresa local de natureza municipal, detida integralmente pelo Município de Braga, que se rege pelo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e subsequentes atualizações;
2. Na sequência do desenvolvimento da sua atividade, a TUB tem a necessidade de proceder à abertura de um Concurso Público Internacional para fornecimento de gasóleo;
3. O vínculo contratual a estabelecer será por um período de um ano com possibilidade de duas renovações ou atingido o valor contratual máximo;
4. O vínculo supramencionado tem uma natureza plurianual, originando despesa em mais do que um ano, e, por conseguinte, compromissos que constituem uma obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um exercício económico.
5. Esses compromissos a assumir pela TUB estão devidamente enquadrados e suportados nos instrumentos de gestão previsional da empresa;
6. Os instrumentos de gestão previsional da TUB encontram-se harmonizados com as Grandes Opções do Plano do Município de Braga;
7. Nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1, do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações subsequentes, compete à Assembleia Municipal autorizar a assunção de compromissos plurianuais pelas entidades administração local;



BRAGA


Proponho:

Que o Sr. Presidente da Câmara Municipal profira decisão no sentido de remeter a presente proposta à Câmara Municipal, para que este órgão delibere, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos e para os efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, com as alterações subsequentes, a assunção dos compromissos plurianuais a seguir identificados:

Ano Económico	Valor (s/IVA)
2021	1.500.000,00€
2022	2.500.000,00€
2023	2.500.000,00€
2024	1.000.000,00€
Total	7.500.000,00€

O Vereador,

Miguel Bandeira, Prof.



Balcão Único TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA

Registo de entrada n.º E/4820/2021

Encaminhado para o serviço

Exmo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Braga

Dr. Ricardo Rio

Praça do Município, 4700 Braga

N/ Ref.º: 10 /ADM

Data:26/01/2021

Assunto: Assunção de Compromissos Plurianuais

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga,

O contrato atualmente em vigor de fornecimento de gasóleo simples a granel para a frota de autocarros desta empresa está perto de atingir o seu valor máximo de €7.500.000,00€ (sete milhões e quinhentos mil euros). Por conseguinte, os Transportes Urbanos de Braga pretendem proceder à abertura de um Concurso Público Internacional, por um período de um ano, com possibilidade de duas renovações ou até atingir o seu valor contratual máximo de 7.500.000,00€ (sete milhões e quinhentos mil euros).

O valor determinado como preço base é de €7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil euros), assim repartido:

VIGÊNCIA	VALOR
JUNHO A DEZEMBRO DE 2021	€1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil euros)
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022	€2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil euros)
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2023	€2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil euros)
JANEIRO A MAIO DE 2024	€1.000.000,00 (um milhão de euros)

Assim, cumprindo para o efeito do disposto no artigo 5º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, que determina a necessidade de autorização prévia da Assembleia Municipal, para a assunção de compromissos plurianuais, considerando que a duração do contrato ultrapassa o período de um orçamento anual, vimos pelo presente solicitar autorização para esse efeito.

Com os nossos melhores cumprimentos,

A ADMINISTRAÇÃO